

DECISÃO DE RECURSO

Processo de Recurso n.º 03.298/2026 - Processo Licitatório n.º 28.764/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.153/2025, que tem por objeto **REGISTO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE: LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED, TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA PARA TELÃO E VIDEO JOCKER - VJ PARA EVENTOS**, para atender as necessidades da Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo e da Secretaria de Esporte e Lazer, pelo período de 01 (um) ano.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise do Recurso Administrativo interposto pela empresa **FP Audio Sonorização & Iluminação**, em face da decisão que declarou a empresa **YOLO Produções Ltda.** como vencedora do **Pregão Eletrônico nº 90.153/2025**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de telão de LED, transmissão simultânea e Video Jockey (VJ), para atendimento das necessidades da Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer, pelo período de 12 (doze) meses.

A recorrente sustenta, em síntese, a suposta inexecutabilidade da proposta apresentada, insuficiência da qualificação técnica, ausência de comprovação da capacidade operacional para atendimento simultâneo de eventos e possíveis inconsistências documentais.

A empresa recorrida apresentou contrarrazões defendendo a regularidade da decisão administrativa e a suficiência da documentação apresentada.

Instadas a se manifestar, as Secretarias requisitantes apresentaram informação técnica, na qual analisam os aspectos técnicos suscitados no recurso, especialmente no tocante à capacidade operacional e à executabilidade da proposta



Comissão Permanente de Pregão III

II – DA ANÁLISE

Inicialmente, verifica-se que a documentação apresentada pela empresa declarada vencedora foi considerada formalmente compatível com as exigências editalícias, incluindo certidões de regularidade, ausência de sanções e apresentação de atestados de capacidade técnica.

Todavia, conforme destacado na manifestação técnica das Secretarias requisitantes, embora os atestados demonstrem execução de serviços similares, não comprovam de forma plena e inequívoca a capacidade operacional para atendimento simultâneo de múltiplos eventos, requisito expressamente previsto no instrumento convocatório em razão da contratação compartilhada entre três Secretarias com calendários independentes.

No tocante à alegação de inexecuibilidade da proposta, observa-se que a recorrente utilizou como parâmetro sua própria estrutura de custos, o que, por si só, não constitui prova suficiente. Contudo, a área técnica destacou a relevância do questionamento diante do risco potencial de inexecução contratual, recomendando a adoção de diligência para esclarecimento quanto à real capacidade operacional e à estrutura declarada pela empresa vencedora

A manifestação técnica também ressalta que a empresa recorrida alegou possuir estrutura própria, especialmente placas de LED, o que justificaria custos reduzidos, circunstância que demanda comprovação material mediante diligência, a fim de resguardar o interesse público e prevenir riscos à execução contratual

Destaca-se que a Lei nº 14.133/2021 confere à Administração o poder-dever de realizar diligências para esclarecimento de dúvidas, nos termos do art. 64, bem como impõe a observância dos princípios da eficiência, planejamento, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, verifica-se que a diligência proposta possui caráter estritamente esclarecedor, não implicando inovação documental, mas apenas a verificação material das informações já apresentadas, consistindo em medida adequada, proporcional e necessária para robustecer a instrução processual e mitigar riscos de eventual inexecução contratual.



Comissão Permanente de Pregão III

III – CONCLUSÃO

Diante da análise dos autos, do recurso administrativo, das contrarrazões apresentadas e, sobretudo, da manifestação técnica das Secretarias requisitantes, verifica-se que, embora a documentação apresentada pela empresa declarada vencedora atenda formalmente às exigências editalícias, subsistem dúvidas técnicas objetivas quanto à comprovação material da capacidade operacional para atendimento simultâneo de eventos, requisito relevante para a adequada execução contratual.

Considerando o poder-dever de autotutela da Administração, bem como a necessidade de assegurar a seleção da proposta apta a gerar resultado vantajoso e a plena execução do objeto contratual, entende esta Pregoeira que a realização de diligência técnica constitui medida prudente, proporcional e juridicamente adequada, destinada a fortalecer a instrução processual, resguardar o interesse público e conferir maior segurança à decisão administrativa.

Assim, acolhe-se parcialmente o recurso administrativo, não para fins de desclassificação ou inabilitação imediata da empresa vencedora, mas para determinar a realização de diligência técnica, nos termos propostos pelas Secretarias requisitantes, com realização de visita técnica e demonstração prática da estrutura operacional declarada.

III. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa e, subsidiado pelo parecer do corpo técnico da Secretaria Municipal requisitante do certame, no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL**, pugnando pela determinação de visita técnica com a mostragem do serviço in loco.

Isto posto, informo que será agendada no sistema **Compras.gov.br** a volta de fase com a determinação de visita técnica com a mostragem do serviço in loco.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em www.pmnf.rj.gov.br/licitacao e seu extrato em <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 19 de fevereiro de 2026.

FERNANDA MEDEIROS RORIGUES

Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII

Matricula: 468.036